

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Avaliação da Atuação Governamental | Questionário por interlocutor

Área: Administração Financeira

Interlocutor: Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município

Este documento reúne as questões auxiliares do formulário de avaliação municipal da área de Administração Financeira (Formulário E, Anexo VII da Nota Técnica nº 43/2026-CGF/TCEPR) atribuídas ao interlocutor acima indicado. As questões são apresentadas na ordem do formulário, e o documento contém 109 questões auxiliares.

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                      | Questão Auxiliar |                                                                                        | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Opções de Resposta  | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29529            | O Município possui ato normativo que regulamenta o Processo Administrativo Tributário? | O Município deve possuir ato normativo vigente (lei municipal, decreto ou outro instrumento equivalente) que discipline formalmente todas as etapas do Processo Administrativo Tributário, assegurando aos contribuintes os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal (CF/88, art. 5º, LV), em disciplina compatível com as regras de constituição e lançamento do crédito tributário previstas nos arts. 142 a 150 do Código Tributário Nacional (CTN). | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29530            | Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o Processo Administrativo Tributário.  | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ANEXO               | NÃO          | (29529 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29531            | No Município, o Processo Administrativo Tributário é eletrônico?                       | O Processo Administrativo Tributário deve tramitar de forma eletrônica por meio de sistema informatizado oficial, desde a autuação até a decisão final.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                      | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29532            | O Município editou, por decreto, e publicou em seu site oficial, a consolidação da legislação tributária municipal, organizada em textos únicos específicos para cada tributo e taxa vigentes? | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve demonstrar que publicou, em seu site oficial ou portal de transparência, decreto(s) que consolide(m), separadamente, a legislação vigente relativa a cada tributo municipal (ex.: IPTU, ISS, ITBI) e às taxas instituídas, conforme determina o art. 212 do Código Tributário Nacional (CTN). A consolidação deve reunir todas as alterações legislativas incorporadas até o exercício corrente.</li> <li>• O ato de consolidação deve atender aos seguintes requisitos:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ser editado formalmente mediante decreto;</li> <li>- Estar disponível no site oficial da Prefeitura, em local de acesso público e sem necessidade de autenticação;</li> <li>- Apresentar, de forma separada, o texto consolidado de cada tributo ou taxa municipal, incorporando todas as alterações normativas;</li> <li>- Estar atualizado até o exercício corrente, com última atualização realizada em data não posterior a 31 de janeiro.</li> </ul> </li> <li>• Exemplo: DECRETO N.º 7.871, de 29.9.2017, que regulamenta o ICMS no Estado do Paraná (<a href="https://www.arinter.net.pr.gov.br/portalsefa/_downloadlegislacao2.asp?eTpDoc=0&amp;eTpPer==5&amp;eTpMod==1">https://www.arinter.net.pr.gov.br/portalsefa/_downloadlegislacao2.asp?eTpDoc=0&amp;eTpPer==5&amp;eTpMod==1</a>)</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29533            | Informe o link de acesso (URL) do(s) ato(s) que consolidam a legislação tributária atualizada.                                                                                                 | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29532 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29534            | O Município possui Conselho de Recursos Fiscais ou órgão equivalente?                                                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve possuir, devidamente instituído por norma legal ou infralegal vigente, um Conselho de Recursos Fiscais (ou órgão com função equivalente), com competência para julgar, em segunda instância administrativa, os processos decorrentes da impugnação de lançamentos tributários, autos de infração, decisões em processos fiscais ou outros atos da Administração Tributária Municipal.</li> <li>• Nota explicativa: Esse órgão deve assegurar duplo grau de julgamento na esfera administrativa, promovendo o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório em matéria tributária.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29535            | Anexe o ato de designação do Conselho ou órgão equivalente.                                                                                                                                    | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | ANEXO                       | NÃO          | (29534 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                      | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                         | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29536            | A Administração Tributária Municipal elabora Plano Anual de Fiscalização, em cada exercício?                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que elabora, formaliza e utiliza, em cada exercício, um Plano Anual de Fiscalização (PAF) no âmbito da Administração Tributária, vedada a apresentação de documento de conteúdo genérico.</li> <li>O PAF deve conter, de forma objetiva: - metas de fiscalização quantificáveis; - cronograma de execução das ações fiscalizatórias; - critérios objetivos de priorização por risco ou relevância fiscal; - indicação das áreas, tributos ou segmentos identificados como de maior risco ou relevância fiscal para o exercício.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29537            | Anexe o Plano Anual de Fiscalização relativo ao exercício de análise das contas.                                                                                                                                        | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | ANEXO                       | NÃO          | (29536 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29538            | O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a pessoas físicas e jurídicas, pela internet e diretamente pelos contribuintes? | O Município deve demonstrar que disponibiliza, em seu site oficial ou em plataforma digital própria, um serviço eletrônico que permite aos contribuintes emitirem diretamente, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidor, certidões negativas de débitos (CND) ou certidões positivas com efeitos de negativa (CPEN) relativas a pessoas físicas ou jurídicas.                                                                                                                                                                                                                   | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29539            | Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão da certidão mobiliária.                                                                                                                             | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29538 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29540            | O Município permite a emissão de certidão (negativa ou positiva com efeitos de negativa) de débitos tributários e dívida ativa relativa a imóveis, pela internet e diretamente pelos contribuintes?                     | O Município deve demonstrar que disponibiliza, em seu site oficial ou em plataforma digital própria, um serviço eletrônico que permita aos contribuintes emitirem diretamente, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidor, certidões negativas de débitos (CND) ou certidões positivas com efeitos de negativa (CPEN) relativas a imóveis.                                                                                                                                                                                                                                        | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                      | Questão Auxiliar |                                                                                                           | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV10. Processo Administrativo Tributário | 29541            | Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão da certidão imobiliária.              | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29540 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais    | 29562            | O Município possui lei(s) vigente(s) que institui(em) isenções tributárias de caráter não geral?          | <ul style="list-style-type: none"> <li>Isenções tributárias de caráter não geral são aquelas concedidas de forma individualizada ou restrita, em favor de determinados contribuintes, categorias ou situações específicas, sem se aplicar de maneira universal.</li> <li>Fundamento: O art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN) prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem conceder isenções destinadas a estimular certas atividades ou beneficiar determinados grupos; nesses casos, a norma deve: indicar os requisitos objetivos que os beneficiários precisam atender; estabelecer o prazo de validade da isenção; e estar prevista em lei específica.</li> <li>OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, uma vez que a condição de avaliação do item não existe.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | NÃO          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais    | 29563            | Anexe a(s) lei(s) vigente(s) que institui(em) isenções tributárias de caráter não geral.                  | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | ANEXO                       | NÃO          | (29562 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais    | 29564            | Informe o(s) dispositivo(s) da(s) lei(s) que disciplina(am) as isenções tributárias de caráter não geral. | <p>O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da(s) lei(s) em que consta(m) a previsão avaliada, no formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29562 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                   | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                            | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Opções de Resposta  | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29565            | O Município concede, no exercício corrente, alguma isenção tributária de caráter não geral?                                                                                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>Isenções tributárias de caráter não geral são aquelas concedidas de forma individualizada ou restrita, em favor de determinados contribuintes, categorias ou situações específicas, sem se aplicar de maneira universal.</li> <li>O art. 179 do Código Tributário Nacional (CTN) prevê que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem conceder isenções destinadas a estimular certas atividades ou beneficiar determinados grupos, mas, nesses casos, a norma deve indicar com clareza: os requisitos objetivos que os beneficiários precisam atender, o prazo de validade da isenção e deve estar prevista em lei específica.</li> <li>OBS.: a finalidade desta questão é habilitar perguntas específicas sobre o item avaliado. Se a resposta for 'sim', apenas essas perguntas pontuarão; se for 'não', não haverá impacto negativo, uma vez que a condição de avaliação do item não existe.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX) | NÃO          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29566            | A totalidade das isenções tributárias de caráter não geral concedidas encontra amparo em lei?                                                                                              | O Município deve adotar procedimentos administrativos formais para a concessão de isenções tributárias de caráter não geral, assegurando que cada ato concessivo seja analisado quanto à conformidade com a lei autorizativa vigente, em observância ao art. 176 do Código Tributário Nacional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | (29565 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29567            | A totalidade dos procedimentos administrativos concessórios das isenções tributárias de caráter não geral vigentes contaram com requerimento formal apresentado pelo beneficiário?         | O Município deve comprovar que a totalidade dos processos administrativos de concessão de isenções tributárias de caráter não geral vigentes contém requerimento formal apresentado pelo beneficiário, em observância ao art. 179, caput, do Código Tributário Nacional (CTN).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | (29565 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29568            | A totalidade dos procedimentos administrativos concessórios das isenções tributárias de caráter não geral vigentes contaram com despacho expresso da autoridade administrativa competente? | O Município deve comprovar que a totalidade dos processos administrativos de concessão de isenções tributárias de caráter não geral vigentes contém despacho expresso de autoridade administrativa competente que analisou o requerimento e as condições legais para a concessão, em observância ao art. 179, caput, do Código Tributário Nacional (CTN).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | (29565 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                   | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                     | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Opções de Resposta                | Compõe Nota? | Dependência                            | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|--------------|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29569            | O Município realizou, no exercício corrente, acompanhamento formal para verificar se os beneficiários das isenções de caráter não geral permanecem atendendo às condições estabelecidas em lei?                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Esse acompanhamento deve ser documentado em processo administrativo ou em relatório técnico específico, contendo a análise individualizada das isenções vigentes e a comprovação da manutenção dos requisitos legais.</li> <li>• OBS.: Responda "NÃO SE APLICA" caso as concessões vigentes tenham ocorrido nos últimos 12 meses. Ao marcar esta opção, o Município não terá acréscimo nem decréscimo na pontuação.</li> <li>• OBS.: Para responder "sim", o Município deve ter realizado, no exercício em referência, acompanhamento formal destinado a verificar se os beneficiários das isenções tributárias de caráter não geral continuam atendendo às condições estabelecidas na respectiva lei autorizativa.</li> </ul>   | SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX) | SIM          | (29565 == "SIM")                       | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29570            | Anexe 1 (um) relatório ou processo administrativo de acompanhamento, elaborado no exercício corrente, que avalie se o beneficiário de isenção tributária de caráter não geral continua atendendo às condições estabelecidas em lei. | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | ANEXO                             | NÃO          | (29569 == "SIM")                       | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29571            | Em caso de verificação de descumprimento das condições legais, o Município procedeu à interrupção do benefício concedido?                                                                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Responda "NÃO SE APLICA" caso, ao verificar o cumprimento das condições legais das concessões vigentes, não tenham sido identificadas impropriedades que justificassem o seu cancelamento.</li> <li>• O Município deve comprovar que, ao identificar o descumprimento das condições legais por beneficiários de isenções tributárias de caráter não geral, adotou providências formais para a interrupção do benefício.</li> <li>• Tais providências devem estar instruídas em processo administrativo, com a comunicação ao contribuinte, a análise fundamentada da irregularidade e o ato formal de revogação ou cancelamento da isenção, garantindo o respeito ao contraditório e à ampla defesa, quando cabíveis.</li> </ul> | SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX) | SIM          | (29569 == "SIM")                       | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29572            | O Município dispõe de ato normativo que regulamente o procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral?                                                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Município deve dispor de ato normativo (lei, decreto ou instrução normativa) que discipline o procedimento administrativo inicial de concessão de isenções tributárias de caráter não geral.</li> <li>• OBS.: aplicável se tiver lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral ou se atualmente o município concedê-las, independentemente da existência de lei.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | SIM/NÃO (COMBO BOX)               | NÃO          | ((29562 == "SIM") or (29565 == "SIM")) | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29573            | Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral.                                                                                   | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | ANEXO                             | NÃO          | (29572 == "SIM")                       | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                   | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                              | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29574            | O ato normativo define, de forma expressa, o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral, com indicação de etapas e responsáveis?  | O ato normativo deve definir, de forma expressa, o fluxo do procedimento administrativo inicial de concessão das isenções tributárias de caráter não geral, com a indicação das etapas e dos responsáveis por cada uma delas, em observância ao art. 179, caput, do Código Tributário Nacional (CTN), que condiciona a concessão a despacho de autoridade administrativa competente em requerimento do interessado.                                                                                                       | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29572 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29575            | Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que define(m) o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo inicial de concessão.                                                               | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) em que consta(m) a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula. | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29574 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29576            | O ato normativo prevê que a concessão da isenção dependa de requerimento formal do interessado, instruído com a comprovação das condições e requisitos legais?                                               | O ato normativo deve prever que a concessão da isenção dependa de requerimento formal do interessado, instruído com a comprovação das condições e requisitos legais, em observância ao art. 179, caput, do Código Tributário Nacional (CTN).                                                                                                                                                                                                                                                                              | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29572 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29577            | Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que prevê(em) que a concessão da isenção dependa de requerimento formal do interessado, instruído com a comprovação das condições e requisitos legais. | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) em que consta(m) a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula. | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29576 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29578            | O ato normativo estabelece que o despacho concessório seja fundamentado em decisão motivada de autoridade administrativa competente?                                                                         | O ato normativo deve estabelecer que o despacho concessório seja fundamentado por decisão motivada de autoridade administrativa competente, em observância ao art. 179, caput, do Código Tributário Nacional (CTN).                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29572 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                   | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                                   | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência                            | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29579            | Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que estabelece(em) que o despacho concessório seja fundamentado por decisão motivada de autoridade administrativa competente.                                                               | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) em que consta(m) a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula. | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29578 == "SIM")                       | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29580            | O município dispõe de ato normativo que regulamente o procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas?                                                                       | • O Município deve dispor de ato normativo (lei, decreto ou instrução normativa) que discipline o procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas.<br>• OBS.: aplicável se tiver lei vigente que institui isenções tributárias de caráter não geral ou se atualmente o município concedê-las, independentemente da existência de lei.                                                                                                                | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | NÃO          | ((29562 == "SIM") or (29565 == "SIM")) | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29581            | Anexe o ato normativo municipal que regulamenta o procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas.                                                                           | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | ANEXO                       | NÃO          | (29580 == "SIM")                       | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29582            | O ato normativo define de forma expressa o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral, indicando etapas, prazos e responsáveis?                             | O ato normativo deve definir, de forma expressa, o fluxo do procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral concedidas, com a indicação das etapas, dos prazos e dos responsáveis por cada uma delas, em observância ao art. 179, §§ 1º e 2º, do Código Tributário Nacional (CTN).                                                                                                                                                                              | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29580 == "SIM")                       | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29583            | Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que define(em) o fluxo ou fluxograma do procedimento administrativo de acompanhamento e reavaliação das isenções tributárias de caráter não geral, indicando etapas, prazos e responsáveis. | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) em que consta(m) a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula. | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29582 == "SIM")                       | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação                                                                                      | Item de Verificação                   | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                     | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29584            | O ato normativo prevê acompanhamento formal periódico, no mínimo anual, do enquadramento dos beneficiários às condições estabelecidas em lei?                                                       | O ato normativo deve prever a realização de acompanhamento formal do enquadramento dos beneficiários às condições estabelecidas em lei, em periodicidade não superior a um ano, em observância ao art. 179, § 1º, do Código Tributário Nacional (CTN), que determina a renovação do despacho concessório antes da expiração de cada período, no caso de tributo lançado por período certo de tempo.                                                                                                                       | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29580 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29585            | Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que prevê(em) acompanhamento formal periódico, no mínimo anual, do enquadramento dos beneficiários às condições estabelecidas em lei.         | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) em que consta(m) a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula. | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29584 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29586            | O ato normativo estabelece a possibilidade de lançamentos retroativos em caso de descumprimento das condições legais, respeitado o prazo decadencial?                                               | O ato normativo deve estabelecer que, verificado o descumprimento das condições ou dos requisitos legais pelo beneficiário, a administração tributária efetue o lançamento dos créditos correspondentes ao período em que a isenção foi indevidamente usufruída, observado o prazo decadencial, em observância ao art. 179, § 2º, combinado com os arts. 149 e 173 do Código Tributário Nacional (CTN).                                                                                                                   | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29580 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q05. Processo administrativo tributário, cadastro imobiliário municipal e isenções tributárias não gerais | IV12. Isenções tributárias não gerais | 29587            | Informe o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) que estabelece(em) a possibilidade de lançamentos retroativos em caso de descumprimento das condições legais, respeitado o prazo decadencial. | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do(s) ato(s) normativo(s) em que consta(m) a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula. | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29586 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais                                                                          | IV13. Gestão do IPTU e ITBI           | 29588            | O município possui legislação que disciplina o IPTU?                                                                                                                                                | OBS.: Questão com finalidade de captar evidências para a análise das próximas questões. A resposta a esta questão não pontua na avaliação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | NÃO          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais                                                                          | IV13. Gestão do IPTU e ITBI           | 29589            | Anexe a legislação tributária municipal que disciplina o IPTU.                                                                                                                                      | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | ANEXO                       | NÃO          | (29588 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação         | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                            | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-----------------------------|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29590            | A legislação tributária municipal prevê a progressividade da alíquota do IPTU com base no valor do imóvel?                                                                                                                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>A legislação tributária municipal vigente (lei ou código tributário municipal) deve estabelecer expressamente alíquotas progressivas do IPTU de acordo com faixas de valor dos imóveis, respeitando os critérios previstos no artigo 156, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/2000.</li> <li>Exemplo ilustrativo, sem caráter vinculante ou comparativo: no Município de Curitiba/PR, a progressividade para imóveis residenciais é aplicada por faixas de valor venal, com alíquotas que variam de 0,20% (até R\$ 38.645,00) a 1,10% (acima de R\$ 299.606,00).</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29588 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29591            | Informe o número da lei municipal e o(s) artigo(s) que estabelecem a progressividade da alíquota do IPTU em função do valor do imóvel.                                                                                                     | <p>O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.</li> </ul>                                                                                                                     | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29590 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29592            | A legislação tributária municipal prevê a aplicação de alíquotas diferenciadas de IPTU com base na utilização urbanística ("uso") do imóvel?                                                                                               | A legislação tributária municipal vigente deve estabelecer, de forma expressa, alíquotas distintas de IPTU conforme a utilização urbanística do imóvel (por exemplo, uso residencial edificado, não residencial edificado ou terreno vago), nos termos do art. 156, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29588 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29593            | Informe o número da lei municipal e o(s) artigo(s) que estabelecem alíquotas diferenciadas de IPTU com base na utilização urbanística ("uso") do imóvel.                                                                                   | <p>O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.</li> </ul>                                                                                                                     | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29592 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29594            | A legislação tributária municipal prevê a progressividade da alíquota de IPTU (ou "IPTU progressivo no tempo") como instrumento para induzir o adequado aproveitamento de imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados? | <ul style="list-style-type: none"> <li>A legislação tributária deve instituir expressamente a progressividade da alíquota do IPTU no tempo, como instrumento de política urbana, com base no disposto no art. 182, §4º, II, da Constituição Federal e nos arts. 7º e 8º do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).</li> <li>Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.</li> </ul>                                                                                                                                                                             | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | NÃO          | (29588 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29595            | Informe o número da lei municipal e o(s) artigo(s) que prevê(em) a progressividade da alíquota de IPTU.                                                                                                                                    | <p>O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.</li> </ul>                                                                                                                     | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29594 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação         | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                                                   | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29596            | A legislação tributária municipal prevê o índice de correção monetária a ser aplicado periodicamente aos valores previstos na planta genérica de valores dos imóveis para fins de recomposição inflacionária?                                                     | A legislação tributária vigente deve estabelecer de forma expressa o índice ou critério oficial de correção monetária a ser aplicado periodicamente sobre os valores constantes da Planta Genérica de Valores (PGV), com o objetivo de recompor a perda inflacionária ao longo do tempo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29588 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29597            | Informe o número da lei municipal e o(s) artigo(s) que prevê(em) o índice de correção monetária a ser aplicado periodicamente aos valores previstos na planta genérica de valores.                                                                                | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29596 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29598            | A legislação tributária municipal estabelece critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis para fins de lançamento IPTU, de modo a permitir que a revisão possa ser realizada por meio de decreto do Poder Executivo?                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>A legislação tributária municipal deve estabelecer, de forma expressa, os critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis urbanos utilizados como base de cálculo do IPTU, nos termos do art. 156, § 1º, III, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 132/2023.</li> <li>A legislação deve prever que essa revisão poderá ser formalizada por decreto do Poder Executivo, observadas as diretrizes, metodologias e parâmetros previamente definidos em lei municipal.</li> <li>Nota explicativa: a revisão a que se refere esta questão consiste na reavaliação técnica dos valores venais dos imóveis, distinta da mera correção monetária para recomposição inflacionária (objeto de questão específica). Tem por finalidade assegurar que a base de cálculo do IPTU reflita a realidade do mercado imobiliário local, conferindo maior justiça fiscal, transparência e eficiência à arrecadação tributária. A metodologia prevista em lei pode admitir, exemplificativamente, critérios técnicos como geotecnologia e técnicas estatísticas, bem como hipóteses de avaliação individualizada, distintas da avaliação em massa promovida pela Planta Genérica de Valores — em consonância com a Orientação I-010 do Guia Orientativo para Impactos Administrativos da Reforma Tributária (CGIBS).</li> <li>Boa prática recomendada: como subsídio à elaboração da lei municipal, o Município pode utilizar como referência o modelo de projeto de lei elaborado pelo Grupo de Trabalho 3/6 — Tributação Imobiliária da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), disponível em <a href="https://abrasf.org.br/images/2025/Arquivos/Modelo_IPTU.pdf">https://abrasf.org.br/images/2025/Arquivos/Modelo_IPTU.pdf</a>, que disciplina critérios técnicos objetivos de avaliação, o ciclo avaliatório quadrienal e hipóteses de avaliação individualizada para imóveis com características singulares (ex.: aeroportos, hidrelétricas, estádios, parques).</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29588 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29599            | Informe o número da lei municipal e o(s) artigo(s) que estabelece(m) os critérios gerais para a revisão dos valores venais dos imóveis para fins de lançamento IPTU, de modo a permitir que a revisão possa ser realizada por meio de decreto do Poder Executivo. | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29598 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação         | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                                     | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Opções de Resposta             | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29600            | A legislação tributária municipal prevê a periodicidade da revisão dos valores da planta genérica de valores dos imóveis?                                                                                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>A legislação tributária deve estabelecer, de forma expressa, a periodicidade com que deverá ser realizada a revisão dos valores venais dos imóveis constantes da Planta Genérica de Valores (PGV), para fins de lançamento do IPTU.</li> <li>Essa previsão deve referir-se à revisão da base de cálculo em si, com a reavaliação dos valores venais, e não se limitar à mera correção monetária para recomposição inflacionária. A definição dessa periodicidade deve estar alinhada ao disposto no art. 156, §1º, III, da Constituição Federal, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que autoriza a atualização periódica dos valores venais mediante critérios estabelecidos em lei municipal. Ademais, a Portaria 3.242/2022 da União, aplicável aos municípios brasileiros, prevê em seu artigo 18 que "os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos".</li> </ul>                                                                                                                                                                                                             | SIM/NÃO<br>(COMBO BOX)         | SIM          | (29588 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29601            | Informe o número da lei municipal e o(s) artigo(s) que prevê a periodicidade da revisão dos valores da planta genérica de valores dos imóveis.                                                                                                      | <p>O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.</li> <li>Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | COMENTÁRIO<br>(CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29600 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29602            | O Município elaborou, nos últimos 4 (quatro) anos, estudo técnico-estatístico para estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de embasar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU? | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve ter elaborado, nos últimos 4 (quatro) anos, estudo técnico-estatístico com o objetivo específico de estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de subsidiar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU. Esse estudo também visa atender ao disposto na Portaria 3.242/2022 da União, aplicável aos municípios brasileiros, que prevê em seu artigo 18 que "os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos."</li> <li>Esse estudo deve seguir metodologia reconhecida de avaliação de imóveis, com destaque para o método comparativo direto de dados de mercado, descrito na norma ABNT NBR 14.653, ou outra técnica validada por critérios técnicos, estatísticos e legais.</li> <li>Elementos mínimos esperados no estudo: - Aplicação de método técnico ou estatístico com base em dados coletados no mercado imobiliário local; - Indicação de fontes utilizadas, datas de coleta e amostragem adotada; - Registro dos procedimentos, premissas e parâmetros utilizados para a estimativa dos valores venais.</li> </ul> | SIM/NÃO<br>(COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29603            | Anexe o relatório sintético do estudo técnico-estatístico realizado para estimar os valores venais dos imóveis urbanos, com a finalidade de embasar a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) utilizada como base de cálculo do IPTU.           | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | ANEXO                          | NÃO          | (29602 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação         | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                                                             | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29604            | O Município propôs a revisão da PGV dos imóveis nos últimos 04 (quatro) anos?                                                                                                                                                                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que, nos últimos quatro anos, propôs formalmente a revisão da Planta Genérica de Valores (PGV) dos imóveis urbanos, com vistas à atualização da base de cálculo do IPTU, em conformidade com a periodicidade recomendada pela Portaria MF nº 3.242/2022.</li> <li>A Portaria Ministerial 3.242/2022, que atualiza a Portaria 511/2009, prevê que "Art. 18. Os valores dos imóveis estimados para fins fiscais devem ser atualizados, no máximo, a cada quatro anos." Ou seja, não excepciona os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, como previa a Portaria 511/2009.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29605            | Anexe a lei, o projeto de lei ou o decreto editado nos últimos 4 anos com a revisão ou proposta de revisão dos valores da Planta Genérica de Valores (PGV).                                                                                                                 | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | ANEXO                       | NÃO          | (29604 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29606            | O Município realizou, no exercício corrente, ao menos um procedimento de fiscalização para fins de lançamento do IPTU, voltado à identificação de imóveis não lançados, omissos no cadastro imobiliário ou irregulares?                                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve comprovar a realização, no exercício atual, de pelo menos uma ação de fiscalização com o objetivo de identificar e lançar o IPTU incidente sobre imóveis não lançados, omissos no cadastro imobiliário ou irregulares, incluindo imóveis urbanisticamente não regulares localizados no perímetro urbano ou nas áreas de expansão urbana.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                          | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29607            | Anexe o(s) relatório(s) de fiscalização ou o(s) processo(s) administrativo(s) referente(s) aos procedimentos de fiscalização realizados, no exercício corrente, para fins de lançamento do IPTU sobre imóveis não lançados, omissos no cadastro imobiliário ou irregulares. | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | ANEXO                       | NÃO          | (29606 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29608            | O Município permite a emissão de guias de recolhimento de IPTU, pela internet e diretamente pelos contribuintes?                                                                                                                                                            | O Município deve disponibilizar, por meio de plataforma digital oficial, a funcionalidade que permita ao contribuinte emitir diretamente as guias de pagamento do IPTU, sem necessidade de solicitação presencial ou intermediação da administração tributária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29609            | Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão de guias de recolhimento do IPTU.                                                                                                                                                                       | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29608 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI | 29610            | O Município utiliza canais digitais de comunicação direta (ex.: WhatsApp, assistente virtual/chatbot) para promover a regularização espontânea de créditos tributários lançados e ainda não pagos, a exemplo do IPTU?                                                       | O Município deve empregar canal digital de comunicação direta com os contribuintes (ex.: WhatsApp, assistente virtual/chatbot com inteligência artificial) para envio de lembretes, boletos ou realização de negociações visando à quitação voluntária de débitos tributários vencidos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação                       | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                             | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI               | 29611            | O Município possui ato normativo que define o procedimento de avaliação do valor de mercado do imóvel para fins de ITBI?                                                                                    | O Município deve dispor de norma municipal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que estabeleça as regras, critérios ou metodologias empregadas na avaliação do valor de mercado dos imóveis para fins de lançamento do ITBI, em observância ao Tema Repetitivo nº 1.113 do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.937.821/SP), que reconhece a presunção relativa de veracidade da declaração do contribuinte e veda o arbitramento prévio unilateral do valor pela administração tributária, ressalvado o regular processo administrativo, nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional. | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI               | 29612            | Anexe o ato normativo municipal que define o procedimento de avaliação do valor de mercado do imóvel para fins de ITBI.                                                                                     | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | ANEXO                       | NÃO          | (29611 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI               | 29613            | O Município possui ato normativo que define o processo administrativo por meio do qual a administração tributária municipal pode contestar o valor do imóvel declarado pelo contribuinte para fins de ITBI? | A legislação municipal deve prever processo administrativo regular, com etapas, prazos e instância decisória definidos, por meio do qual a administração tributária municipal pode contestar o valor do imóvel declarado pelo contribuinte para fins de ITBI, em observância ao Tema Repetitivo nº 1.113 do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1.937.821/SP), que veda o arbitramento prévio unilateral do valor, e ao art. 148 do Código Tributário Nacional.                                                                                                                                                                 | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI               | 29614            | Anexe o ato normativo municipal que disciplina o processo administrativo por meio do qual a administração tributária municipal contesta o valor do imóvel declarado pelo contribuinte para fins de ITBI.    | Alterado o enunciado da questão. Justificativa: ajustada a redação em coerência com a reformulação do enunciado da questão-gatilho (QA1320), mantendo a mesma terminologia quanto à contestação promovida pela administração tributária municipal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | ANEXO                       | NÃO          | (29613 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI               | 29615            | O Município permite a SOLICITAÇÃO da emissão de guias de recolhimento de ITBI, pela internet e diretamente pelos contribuintes?                                                                             | O Município deve disponibilizar ambiente eletrônico oficial que permita ao contribuinte solicitar a guia de pagamento do ITBI sem necessidade de atendimento presencial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV13. Gestão do IPTU e ITBI               | 29616            | Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a solicitação da emissão de guias de recolhimento do ITBI.                                                                                        | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29615 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29617            | O Município promoveu, no exercício corrente, programas, ações ou iniciativas que incentivem o contribuinte a requerer a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)?                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve implementar iniciativas estruturadas e recorrentes que estimulem o contribuinte ou consumidor a solicitar a emissão de NFS-e, com foco na conscientização, no combate à sonegação e no aumento da arrecadação do ISS.</li> <li>Nota explicativa: são exemplos de iniciativas admitidas campanhas de conscientização, sorteios de prêmios, programas de devolução de parte do tributo ao consumidor ou parcerias com entidades locais, sem prejuízo de outras modalidades estruturadas e recorrentes com a mesma finalidade.</li> </ul>                                 | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação                       | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Opções de Resposta  | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29618            | Anexe a(s) evidência(s) dos programas, ações ou iniciativas, executados no exercício corrente, que incentivem o contribuinte a requerer a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).                                                                                              | Exemplos de evidências que atenderiam a questão:<br>• Material de divulgação da campanha/programa (peças gráficas, posts, releases, banners);<br>• Cópia do ato normativo ou portaria que institui o programa (quando houver);<br>• Termo de parceria firmado com entidade local, quando for o caso.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | ANEXO               | NÃO          | (29617 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29619            | O Município adotou providências para viabilizar a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional, seja por meio da utilização de sistema próprio do município com integração à plataforma nacional ou pelo uso gratuito fornecido pela própria plataforma nacional? | • O Município deve demonstrar que adotou providências formais para viabilizar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) no padrão nacional, conforme exigência legal prevista na Lei Complementar nº 214/2025.<br>• O item de avaliação será considerado atendido se o Município dispuser de uma das seguintes alternativas: - O Município firmou o Termo de Adesão ao Convênio da NFS-e nacional; OU - O Município integrou seu sistema próprio de NFS-e ao Ambiente de Dados Nacional, conforme especificações técnicas definidas pela RFB.<br>• Nota explicativa: A partir de janeiro de 2026, todos os municípios brasileiros deverão adotar obrigatoriamente o modelo nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), conforme estabelece a Lei Complementar nº 214/2025.                                                                                 | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29620            | Anexe a(s) evidência(s) que dispõe(m) sobre a utilização de NFS-e no padrão nacional a partir de 2026.                                                                                                                                                                                        | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | ANEXO               | NÃO          | (29619 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29621            | O Município realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório destinado à identificação de indícios de omissão de receitas, por meio do monitoramento de contribuintes que interromperam a emissão de notas fiscais ou apresentaram redução atípica das operações tributáveis?     | • O Município deve demonstrar que realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório baseado em monitoramento, análise de risco ou cruzamento de informações, destinado à identificação de contribuintes que: - interromperam a emissão de notas fiscais por período superior ao habitual; ou - apresentaram redução significativa e atípica das operações sujeitas ao ISS.<br>• Não é necessário que o procedimento tenha resultado em lançamento tributário, desde que tenha sido formalmente instaurado e documentado.<br>• Nota explicativa: O monitoramento contínuo da emissão de documentos fiscais permite identificar indícios de omissão de receitas, encerramento irregular de atividades ou redução artificial da base tributável, direcionando a fiscalização para contribuintes com maior risco fiscal e promovendo maior eficiência na arrecadação do ISS. | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29622            | Anexe o(s) documento(s) que evidenciem o procedimento fiscalizatório destinado à identificação de indícios de omissão de receitas, por meio do monitoramento de contribuintes que interromperam a emissão de notas fiscais ou apresentaram redução atípica das operações tributáveis.         | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | ANEXO               | NÃO          | (29621 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação                       | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Opções de Resposta  | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-------------------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29623            | O Município realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório destinado à verificação da veracidade dos valores de faturamento declarados pelas empresas optantes do Simples Nacional, para fins de apuração da base de cálculo do ISS?                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório baseado em monitoramento, análise de risco ou cruzamento de informações, destinado à verificação da veracidade dos valores de faturamento declarados por empresas optantes do Simples Nacional, com foco na apuração da base de cálculo do ISS.</li> <li>Não é necessário que o procedimento tenha resultado em lançamento tributário, desde que tenha sido formalmente instaurado e documentado.</li> <li>Nota explicativa: o cruzamento entre o faturamento declarado no Simples Nacional e os documentos fiscais emitidos permite identificar subdeclarações e distorções na base de cálculo do ISS, direcionando a fiscalização para contribuintes de maior risco e promovendo maior efetividade na arrecadação.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29624            | Anexe o(s) documento(s) que evidenciem o procedimento fiscalizatório destinado à verificação da veracidade dos valores de faturamento declarados pelas empresas optantes do Simples Nacional.                                                                                         | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | ANEXO               | NÃO          | (29623 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29625            | O Município realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório destinado a verificar a compatibilidade dos valores declarados como isentos do ISS pelas empresas optantes do Simples Nacional com a legislação municipal e com a atividade econômica efetivamente exercida? | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório baseado em monitoramento, análise de risco ou cruzamento de informações, destinado a verificar a compatibilidade dos valores declarados como isentos do ISS por empresas optantes do Simples Nacional com a legislação tributária municipal vigente e com a atividade econômica efetivamente exercida.</li> <li>Não é necessário que o procedimento tenha resultado em lançamento tributário ou em revogação de isenção, desde que tenha sido formalmente instaurado e documentado.</li> <li>Nota explicativa: a verificação periódica das isenções declaradas evita a fruição indevida de benefícios fiscais, promove justiça fiscal e protege a base tributável do Município.</li> </ul>                                      | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29626            | Anexe o(s) documento(s) que evidenciem o procedimento fiscalizatório destinado a verificar a compatibilidade dos valores declarados como isentos do ISS pelas empresas optantes do Simples Nacional com a legislação municipal e com a atividade econômica efetivamente exercida.     | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | ANEXO               | NÃO          | (29625 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29627            | O Município possui norma vigente que exige que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF)?                                                                                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que possui norma vigente exigindo a obrigatoriedade de envio da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) por parte das instituições financeiras e equiparadas estabelecidas em seu território.</li> <li>Nota explicativa: Essa prática contribui para o aperfeiçoamento do controle sobre a arrecadação do ISS incidente sobre serviços financeiros, viabilizando análises mais precisas sobre a movimentação econômica do setor, além de permitir o cruzamento com bases externas, como as do Banco Central.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                           | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação                       | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-------------------------------------------|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29628            | Anexe o ato normativo municipal que regulamenta a exigência de que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF).                                                                                | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | ANEXO                       | NÃO          | (29627 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29629            | Informe o número do ato normativo e o(s) artigo(s) que regulamenta(m) a exigência de que as instituições financeiras e equiparadas prestem Declaração Eletrônica do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (DES-IF).                                                          | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) do ato normativo em que consta a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, do Decreto Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de um ato normativo, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29627 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29630            | O Município realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório destinado a comparar a movimentação econômica declarada pelas instituições financeiras e equiparadas por meio da DES-IF com aquela informada a outros órgãos de controle, como o Banco Central do Brasil? | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que realizou, no exercício corrente, procedimento fiscalizatório baseado em monitoramento, análise de risco ou cruzamento de informações, destinado a comparar os dados declarados pelas instituições financeiras e equiparadas por meio da DES-IF com aqueles fornecidos a outros órgãos de controle, como o Banco Central do Brasil.</li> <li>Não é necessário que o procedimento tenha resultado em lançamento tributário, desde que tenha sido formalmente instaurado e documentado.</li> <li>Nota explicativa: a comparação entre os dados declarados via DES-IF e os fornecidos a órgãos de controle externo amplia a capacidade de detecção de subdeclarações ou omissões de receitas, fortalecendo o combate à evasão fiscal no setor financeiro.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29631            | Anexe o(s) documento(s) que evidenciem o procedimento fiscalizatório destinado a comparar a movimentação econômica declarada pelas instituições financeiras e equiparadas por meio da DES-IF com aquela informada a outros órgãos de controle, como o Banco Central do Brasil.     | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | ANEXO                       | NÃO          | (29630 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29632            | O Município possui processo de trabalho formalizado que garanta o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras?                                                                                                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que possui processo de trabalho formalizado — por meio de normativos, fluxos operacionais ou rotinas administrativas — que assegure o lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre obras, no momento da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão (como termos de recebimento definitivo ou provisório).</li> <li>Essa prática contribui para a redução da sonegação fiscal no setor de construção civil, assegura o efetivo recolhimento do tributo devido e fortalece a justiça fiscal na arrecadação municipal.</li> </ul>                                                                                                                                                                                     | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29633            | Anexe o ato normativo municipal que dispõe sobre o processo de trabalho que trata sobre o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras.                                                                                          | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | ANEXO                       | NÃO          | (29632 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação                       | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                           | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29634            | Informe o número do ato normativo e o(s) artigo(s) que trata(m) sobre o lançamento do ISS quando da emissão de atos administrativos de aceitação ou conclusão de obras.                   | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29632 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29635            | O Município possui ato normativo vigente que discipline o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE/DET ou instrumento equivalente) para as comunicações oficiais da administração tributária? | • O Município deve dispor de ato normativo vigente (lei, decreto, portaria ou instrumento equivalente) que discipline o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE/DET) ou instrumento equivalente, destinado às comunicações oficiais da administração tributária municipal com os contribuintes.<br>• Nota explicativa: o instrumento a que se refere esta questão é o domicílio tributário eletrônico próprio do Município, distinto do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional (DTE-SN), de âmbito federal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29636            | Anexe o ato normativo vigente que disciplina o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE/DET ou instrumento equivalente).                                                                      | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | ANEXO                       | NÃO          | (29635 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29637            | Informe o número do ato normativo e o(s) artigo(s) que trata(m) sobre o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE/DET ou instrumento equivalente).                                             | O respondente deve citar o(s) dispositivo(s) da legislação em que consta a previsão avaliada, no formato:<br>• Dispositivo único: 'Art. X, §X, [inciso], do [ato normativo]'. Ex.: 'Art. 4º, §1º, IV, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Intervalo de artigos: 'Arts. X a Y, do [ato normativo]'. Ex.: 'Arts. 15 a 22, da Lei Municipal nº 14.534/2025'.<br>• Havendo mais de um dispositivo não consecutivo ou mais de uma lei, repetir a citação, separando-as por ponto e vírgula.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29635 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29638            | O Município utiliza o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE/DET ou instrumento equivalente) como canal oficial para as comunicações formais relacionadas ao ISS?                           | • O Município deve utilizar, de forma sistemática e exclusiva, o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE/DET) de que trata a questão anterior como canal oficial para todas as comunicações formais com os contribuintes relacionadas ao ISS.<br>• A ferramenta deve permitir: o envio de notificações de lançamento, intimações, autos de infração, comunicados, avisos de débitos e demais atos administrativos relacionados ao ISS; o registro de ciência e confirmação de recebimento pelo contribuinte; a preservação do histórico das comunicações efetuadas; mecanismos de autenticação de acesso e integridade das informações; e regras definidas para considerar a comunicação efetivada, em conformidade com a legislação tributária.<br>• Nota explicativa: essa prática moderniza os processos de comunicação, reduz custos operacionais, assegura maior celeridade nos procedimentos fiscais e fortalece a segurança jurídica nas relações entre Fisco e contribuinte. | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | (29635 == "SIM") | NÃO                                                           | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29639            | Anexe extrato, relatório ou print do sistema que evidencie o envio de comunicações relativas ao ISS por meio do Domicílio Tributário Eletrônico.                                          | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | ANEXO                       | NÃO          | (29638 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação                       | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                      | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|-------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29640            | O Município permite a emissão de guias de recolhimento de ISS, pela internet e diretamente pelos contribuintes?                                                                                                      | O Município deve dispor de sistema online acessível ao contribuinte para emissão direta de guias de pagamento do ISS, sem necessidade de atendimento presencial ou intermediação de servidores.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29641            | Informe o link de acesso (URL) ao instrumento que permite a emissão de guias de recolhimento do ISS.                                                                                                                 | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29640 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29642            | O Município parametrizou seus sistemas informatizados para registrar e acompanhar, a partir de 2026, a arrecadação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)?             | O Município deve ter parametrizado, ou estar em fase final de parametrização, seus sistemas informatizados para registrar, acompanhar e integrar-se às futuras informações relativas ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja implementação inicia-se a partir de 2026, nos termos do novo modelo tributário instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29643            | Anexe evidência da parametrização dos sistemas informatizados do Município para a gestão das informações relativas ao IBS e à CBS.                                                                                   | Exemplos de evidências que atenderiam: nota fiscal eletrônica emitida com o campo destinado à CBS habilitado, ainda que sem valor lançado; captura de tela (print) do sistema informatizado que demonstre a parametrização do campo relativo ao IBS e/ou à CBS.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | ANEXO                       | NÃO          | (29642 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29644            | O Município adaptou seus sistemas informatizados da administração tributária (cadastro de contribuintes, arrecadação e emissão de documentos fiscais) para o registro de inscrições no CNPJ em formato alfanumérico? | <ul style="list-style-type: none"> <li>Os sistemas informatizados da administração tributária municipal devem estar aptos a registrar, validar e processar inscrições no CNPJ em formato alfanumérico, vigente a partir de julho de 2026, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.229/2024.</li> <li>Nota explicativa: a adaptação dos sistemas informatizados ao CNPJ alfanumérico é recomendada pelas Orientações I-003 (Adequação Normativa e Divulgação do CNPJ Alfanumérico) e O-003 (Adequação dos Sistemas ao CNPJ Alfanumérico) do Guia Orientativo para Impactos Administrativos da Reforma Tributária (CGIBS), que recomendam, com prioridade alta, que os entes subnacionais — incluindo os municípios — preparem seus cadastros fiscais, sistemas de arrecadação e de fiscalização para a mudança, evitando inconsistência ou rejeição de dados a partir de julho de 2026.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS | 29645            | Anexe evidência da adaptação dos sistemas ao CNPJ alfanumérico.                                                                                                                                                      | Exemplos de evidências que atenderiam: captura de tela do sistema com inscrição alfanumérica registrada ou validada; declaração ou documento técnico do fornecedor do sistema atestando a adequação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | ANEXO                       | NÃO          | (29644 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação             | Item de Verificação                              | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                      | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------------------|--------------------------------------------------|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS        | 29646            | O cadastro de contribuintes do Município adota classificação de situações cadastrais compatível com a prevista na Instrução Normativa RFB nº 2.119/2022 (ativa, suspensão, inapta, baixada ou nula)? | <ul style="list-style-type: none"> <li>O cadastro fiscal de contribuintes do Município deve classificar as inscrições segundo situações cadastrais compatíveis com as previstas no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 2.119/2022, formato que será adotado pelo cadastro unificado do IBS e da CBS, nos termos do art. 59, § 1º, II, da Lei Complementar nº 214/2025.</li> <li>Nota explicativa: a adoção dessa classificação é recomendada pela Orientação I-004 (Atualização das Situações Cadastrais) do Guia Orientativo para Impactos Administrativos da Reforma Tributária (CGIBS), dirigida aos entes subnacionais em geral, com prioridade alta e prazo de referência em dezembro de 2025.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS        | 29647            | O Município possui processo de trabalho instituído para a conferência e a validação dos valores que lhe serão repassados pelo Comitê Gestor do IBS (CGIBS) a partir de 2027?                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve dispor de processo de trabalho formalizado — por meio de normativo, fluxo operacional ou rotina administrativa — destinado à conferência e à validação dos valores repassados pelo CGIBS a título de IBS, em conformidade com a Orientação I-007 do Guia Orientativo CGIBS e com os arts. 97 e seguintes da Lei Complementar nº 227/2026.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV14. Gestão do ISS e migração para o IBS        | 29648            | Anexe o ato normativo, fluxo operacional ou documento que formaliza o processo de trabalho de conferência dos repasses do IBS.                                                                       | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | ANEXO                       | NÃO          | (29647 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV15. Taxas municipais                           | 29657            | A arrecadação da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos foi suficiente para financiar os serviços ao qual está vinculada, considerando o último exercício fiscal encerrado?                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>A receita arrecadada com a taxa deve ter custeado integralmente os custos dos serviços de coleta e destinação no último exercício.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q06. Impostos e taxas municipais | IV15. Taxas municipais                           | 29658            | Informe o valor da receita arrecadada e o valor da despesa executada com os serviços de coleta, manejo e destinação de resíduos sólidos no último exercício fiscal encerrado.                        | O respondente deve informar os valores no formato: "Receita arrecadada: R\$ [valor]; Despesa executada: R\$ [valor]", referentes ao último exercício fiscal encerrado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29657 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q07. Dívida ativa                | IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa | 29711            | O Município divulga em seu site e/ou portal da transparência, ao menos uma vez por ano, informações sobre a dívida ativa tributária?                                                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve comprovar que, pelo menos uma vez por ano, divulga em seu site oficial ou no portal da transparência informações completas sobre a dívida ativa tributária, contendo no mínimo: - O montante inscrito no período; - O valor arrecadado no período; - O saldo atualizado da dívida ativa no encerramento do período divulgado.</li> <li>A publicação deve ser realizada em área de acesso público e sem exigência de autenticação, de forma clara e acessível ao cidadão, e pode ser apresentada por meio de relatórios, painéis ou demonstrativos específicos.</li> </ul>                                                                                | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q07. Dívida ativa                | IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa | 29712            | Informe o link de acesso (URL) que demonstre a publicação das informações sobre a dívida ativa tributária.                                                                                           | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29711 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação | Item de Verificação                              | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                                                               | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Opções de Resposta          | Compõe Nota? | Dependência      | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------|--------------------------------------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q07. Dívida ativa    | IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa | 29713            | O Município disponibiliza em seu site e/ou portal da transparência ferramenta de busca dos devedores inscritos em dívida ativa, dispondo, no mínimo, de dados referentes ao nome do inscrito, ao valor total da dívida e à data de inscrição? | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve demonstrar que disponibiliza em seu site oficial e/ou em portal da transparência uma ferramenta de consulta pública ou listagem que permita a identificação dos devedores inscritos em dívida ativa tributária, com base em critérios objetivos e impessoais de inclusão. A divulgação deve observar os seguintes critérios: - Ser acessível ao público, sem exigência de autenticação; - Apresentar, no mínimo, o nome ou razão social do devedor, o valor total da dívida consolidada e a data de inscrição em dívida ativa; - Omitir dados sensíveis ou pessoais não essenciais, como CPF completo, endereço ou telefone.</li> <li>Fundamento: art. 198, § 3º, II, do Código Tributário Nacional (CTN), observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q07. Dívida ativa    | IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa | 29714            | Informe o link de acesso (URL) da ferramenta que permite a busca de devedores inscritos em dívida ativa.                                                                                                                                      | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO) | NÃO          | (29713 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q07. Dívida ativa    | IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa | 29716            | Para fins de registro contábil do Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber, o setor tributário do Município elabora estudos para mensurar as prováveis perdas dos créditos tributários inscritos em dívida ativa?                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>O setor tributário deve demonstrar que elabora, ao menos uma vez ao ano, estudos técnicos ou análises estatísticas com o objetivo de estimar as perdas prováveis associadas aos créditos tributários inscritos em dívida ativa, a serem encaminhados à Contabilidade para fins de registro do Ajuste de Perdas.</li> <li>O estudo deve embasar o registro contábil do Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber, observando critérios objetivos que assegurem a fidedignidade do patrimônio, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), evitando superavaliações ou subavaliações no Balanço Patrimonial.</li> <li>O levantamento deve contemplar: - Histórico de recuperação dos créditos inscritos (percentuais de inadimplência e de recuperação nos últimos exercícios); - Análise do perfil dos créditos (ex.: tempo de inscrição em dívida ativa, valor dos débitos, natureza tributária, existência de garantias ou ações judiciais em curso); - Consideração de fatores econômicos ou institucionais que impactem a probabilidade de recebimento.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX)         | SIM          | -                | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |
| Q07. Dívida ativa    | IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa | 29717            | Anexe o estudo que tenha embasado os registros contábeis relativos ao ajuste de perdas de créditos tributários inscritos em dívida ativa.                                                                                                     | -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | ANEXO                       | NÃO          | (29716 == "SIM") | NÃO SE APLICA                                                 | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |

| Questão de Avaliação | Item de Verificação                              | Questão Auxiliar |                                                                                                                                                                                                              | Requisitos de Atendimento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Opções de Resposta  | Compõe Nota? | Dependência | Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita | Interlocutor                                               | Interlocutor substituto                 |
|----------------------|--------------------------------------------------|------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|-------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| Q07. Dívida ativa    | IV18. Mensuração e transparência da dívida ativa | 29718            | O Município utiliza sistema informatizado para a gestão da dívida ativa tributária, com funcionalidades que permitam o controle da inscrição, prescrição, parcelamento e cobrança administrativa e judicial? | <ul style="list-style-type: none"> <li>O Município deve adotar sistema informatizado específico para a gestão da dívida ativa tributária, com funcionalidades que viabilizem o controle integral do ciclo de cobrança, desde a inscrição dos créditos até a sua extinção, incluindo as etapas de prescrição, parcelamento e cobrança administrativa e judicial.</li> <li>O sistema deve assegurar: - Registro eletrônico das inscrições em dívida ativa, com geração de Certidão de Dívida Ativa (CDA); - Controle automatizado dos prazos de prescrição, com alertas e registros de atos interruptivos (ex.: protesto, ajuizamento, parcelamento); - Módulo de parcelamento, com cálculo automático de parcelas, emissão de guias de pagamento e controle de inadimplência; - Funcionalidades para a gestão da cobrança administrativa (ex.: notificações, envio ao protesto, inclusão em cadastros de inadimplentes); - Registro e acompanhamento das ações de cobrança judicial (execuções fiscais), com interface para controle processual.</li> </ul> | SIM/NÃO (COMBO BOX) | SIM          | -           | -                                                             | Servidor(a) responsável pelo setor tributário do município | Gestor(a) municipal da área de finanças |